

CLIPPING - NOTÍCIAS DA SEMANA (09/07/2026 A 16/07/2026)

MINERAÇÃO

- **Senado debate redução do poder do Executivo sobre minerais críticos**

Projeto cria Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos, mas limita mecanismos de controle estatal sobre operações consideradas estratégicas

O Senado analisa o Projeto de Lei nº 4.443/2025, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos e altera a atuação do governo federal sobre operações envolvendo recursos minerais considerados essenciais para a tecnologia, a transição energética e a defesa nacional. O parecer apresentado à proposta reduz o poder de homologação do Estado em operações como alterações societárias, participação de capital estrangeiro e contratos internacionais, substituindo a autorização prévia pelo registro e acompanhamento dessas operações.

Além disso, o texto preserva instrumentos de incentivo ao setor, como a criação de fundo garantidor, concessão de créditos fiscais, rastreabilidade da produção e estímulo ao beneficiamento mineral no país, ao mesmo tempo em que reacende o debate sobre o equilíbrio entre a atração de investimentos privados e a capacidade de intervenção do Estado em temas relacionados à soberania mineral. A proposta ainda será analisada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado.

Fonte: [Link](#)

- **ANM distribui mais de R\$ 461 milhões em royalties da mineração**

CFEM arrecadada em junho é repassada a estados, Distrito Federal e municípios produtores

A Agência Nacional de Mineração (ANM) distribuiu mais de R\$ 461 milhões referentes à Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), arrecadada em junho e repassada aos entes federativos em julho. Do total, mais de R\$ 92 milhões foram destinados aos estados e ao Distrito Federal, enquanto mais de R\$ 368 milhões serão distribuídos aos municípios produtores. A Agência reforçou que os recursos devem seguir regras específicas de aplicação, sendo vedado o uso para pagamento de dívidas e despesas fixas de pessoal, com exceções previstas para a área de educação. Ainda, a ANM também destacou a necessidade de transparência na divulgação da

utilização dos valores e a prioridade para iniciativas de diversificação econômica, mineração sustentável e pesquisa científica e tecnológica.

Fonte: [Link](#)

- **Minerais críticos brasileiros podem ficar fora de novo tarifaço dos EUA**

Proposta americana prevê exceção para minério de ferro, nióbio, terras raras e outros insumos estratégicos

A proposta apresentada pelo Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) prevê a exclusão de diversos minerais críticos brasileiros da tarifa adicional de 25% incidente sobre produtos importados pelo país. Entre os itens listados estão minério de ferro, grafite, nióbio, terras raras, cobre, níquel, cobalto e outros minerais considerados estratégicos para a indústria norte-americana.

Segundo o documento, as exceções buscam evitar impactos sobre cadeias produtivas dependentes de matérias-primas que não possuem produção suficiente nos Estados Unidos. Embora a lista ainda possa sofrer alterações antes da decisão final, a medida evidencia a importância do Brasil como fornecedor de minerais estratégicos para setores essenciais da economia norte-americana, especialmente de minério de ferro e nióbio.

Fonte: [Link](#)

PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

- **ANP instaura atuação de ofício para resolver impasse sobre acesso à infraestrutura de gás natural**

Medida busca garantir a comercialização do gás da União e ampliar a concorrência no mercado

A Diretoria da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) aprovou a instauração de uma atuação de ofício para apurar a controvérsia entre a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) e a Petrobras sobre o acesso aos gasodutos de escoamento da produção e às instalações de tratamento e processamento de gás natural. A medida visa solucionar impasses que dificultam a comercialização direta do gás pertencente à União, assegurando o acesso negociado e não discriminatório às infraestruturas essenciais, conforme previsto na Nova Lei do Gás (Lei nº 14.134/2021). Para conduzir o processo, será instituída uma Comissão Especial no âmbito da

Agência.

Segundo a ANP, o conflito se estende há cerca de quatro anos e envolve negociações iniciadas em 2022 para acesso às infraestruturas da Bacia de Santos, já ultrapassando o prazo previsto na regulamentação. Ainda, a Agência destaca que o tema possui relevância para a política energética nacional, diante da expectativa de crescimento da produção de gás natural da União, e poderá contribuir para ampliar a concorrência, garantir a monetização desse recurso e apurar eventuais indícios de condutas anticoncorrenciais, sem prejuízo das competências do Cade.

Fonte: [Link](#)

- **ANP abre consulta pública sobre critérios de distribuição de royalties**

Revisão da norma adequa regras ao decreto que incluiu terminais aquaviários no pagamento de royalties

A Diretoria da ANP aprovou a realização de consulta e audiência públicas para revisar a Portaria Técnica ANP nº 29/2001, que regulamenta a distribuição de royalties aos municípios afetados por operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural. A atualização atende ao Decreto nº 12.849/2026, que passou a reconhecer os terminais aquaviários como instalações aptas a gerar compensação financeira, desde que estejam diretamente ligados às instalações marítimas previstas na legislação.

A revisão definirá os critérios técnicos para o cálculo dos royalties nesses casos, evitando a dupla contagem dos volumes de petróleo e gás movimentados entre terminais aquaviários e instalações marítimas interligadas. Segundo a ANP, a minuta da resolução e as orientações para participação na consulta e na audiência públicas serão divulgadas após a publicação do aviso no Diário Oficial da União.

Fonte: [Link](#)

- **Petróleo atinge maior nível em um mês com aumento das tensões entre EUA e Irã**

Conflito geopolítico impulsiona preços da commodity, enquanto decisão sobre o Estreito de Ormuz limita ganhos

Os preços internacionais do petróleo fecharam em alta nesta terça-feira (14), alcançando o maior nível em um mês em meio ao aumento das tensões entre Estados Unidos e Irã. O barril do WTI

para agosto encerrou o dia cotado a US\$ 79,34, com alta de 1,53%, enquanto o Brent para setembro fechou a US\$ 84,73, avanço de 1,72%. Tal valorização dos preços foi impulsionada pela percepção de maior risco para a oferta global de petróleo, embora os ganhos tenham sido parcialmente limitados após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciar a substituição da proposta de cobrança de pedágio no Estreito de Ormuz por acordos comerciais.

Além do cenário geopolítico, o mercado acompanhou a expectativa de novos acordos entre Estados Unidos e Iraque para o setor de petróleo e a divulgação de dados de inflação norte-americana abaixo do esperado, reduzindo as perspectivas de elevação dos juros no país. Por outro lado, a continuidade da queda das importações de petróleo pela China permaneceu como fator de atenção para o mercado internacional da commodity.

Fonte: [Link](#)

ENERGIA ELÉTRICA

- **ANEEL avalia licitação de grandes reforços em redes de transmissão**

Proposta busca ampliar eficiência e competitividade nos investimentos do setor elétrico

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), por iniciativa do Diretor-Geral Gentil Nogueira, propôs avaliar o encaminhamento ao Ministério de Minas e Energia (MME) de estudo sobre a possibilidade de licitar obras de maior porte em Demais Instalações de Transmissão (DITs) compartilhadas, quando houver viabilidade técnica e econômica para adoção de um processo competitivo. A discussão surgiu durante a análise de reforços na Subestação São João da Boa Vista II, da ISA Energia Brasil, em São Paulo, projeto que prevê investimentos de R\$ 122,45 milhões e receita anual permitida (RAP) adicional de aproximadamente R\$ 20,7 milhões.

Segundo Gentil, o modelo atual de autorização direta de reforços pode não capturar os ganhos econômicos proporcionados pela concorrência. A avaliação considera que grandes investimentos em redes compartilhadas, especialmente diante do crescimento da demanda e da necessidade de modernização da infraestrutura, poderiam se beneficiar de processos licitatórios. Além disso, estudos da EPE apontam necessidade de aproximadamente R\$ 1,18 bilhão em investimentos nas DITs de São Paulo até o fim do horizonte de planejamento analisado.

Fonte: [Link](#)

- **ANEEL autoriza reajustes tarifários em 24 distribuidoras**

Energisa Sul-Sudeste terá aumento de 9,63% na tarifa

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aprovou reajuste tarifário de 9,63% para a Energisa Sul-Sudeste, que atende aproximadamente 905 mil unidades consumidoras nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. O reajuste, que já entrou em vigor, foi influenciado principalmente pelos custos de transporte e distribuição de energia, além de componentes financeiros.

Com a decisão, a Energisa Sul-Sudeste passa a integrar o grupo das 24 (vinte e quatro) distribuidoras que tiveram reajustes tarifários homologados pela ANEEL neste ano. Entre os maiores índices homologados em 2026 estão os da Roraima Energia, Copel, CPFL Santa Cruz e RGE Sul, refletindo as particularidades dos processos tarifários de cada concessionária.

Fonte: [Link](#)

- **Consórcio implanta geração compartilhada de energia e prevê economia de 65% em gastos públicos**

Modelo com energia solar reúne 15 municípios do Médio Rio Piracicaba e estima economia anual superior a R\$ 7,6 milhões nas contas de eletricidade

O Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Médio Rio Piracicaba (Consmeipi) concluiu um processo licitatório para implantação de um modelo de geração compartilhada de energia que deve reduzir em 65,15% os gastos com eletricidade de prédios públicos de 15 municípios consorciados. A iniciativa, baseada no Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), prevê a utilização de créditos gerados por usinas solares fotovoltaicas para abatimento das contas de energia, sem necessidade de investimento direto das prefeituras em infraestrutura própria de geração.

O projeto estima uma economia anual superior a R\$ 7,6 milhões e prevê a compensação de mais de 10,5 milhões de kWh de energia elétrica, além da redução de aproximadamente 117 toneladas de emissões de CO₂. Dessa forma, a iniciativa reforça o uso de soluções de geração distribuída como instrumento de eficiência energética, sustentabilidade e inovação na gestão pública,

tornando o Consmepe referência nacional em modelo consorciado de energia compartilhada.

Fonte: [Link](#)

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIAS (MME)

- **MME destaca contribuição da mineração para a segurança alimentar**

Ministério ressalta importância dos minerais na produção de fertilizantes e no fortalecimento da agricultura brasileira

O MME destacou o papel estratégico da mineração no fornecimento de insumos essenciais para a agricultura, contribuindo para a produtividade das lavouras e para a segurança alimentar do país. Segundo a pasta, a produção nacional de minerais como fósforo e potássio, além dos remineralizadores de solo, fornece nutrientes importantes para a recuperação da fertilidade da terra e para o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola.

Neste contexto, o Ministério também ressaltou que a integração entre os setores mineral e agrícola contribui para reduzir a dependência de insumos importados, estimular a economia circular e ampliar a produtividade no longo prazo. Além disso, destacou que o mapeamento geológico e os avanços tecnológicos auxiliam na identificação de novas fontes de insumos minerais, fortalecendo o planejamento integrado e o desenvolvimento da agricultura brasileira.

Fonte: [Link](#)

- **MME avalia ampliar participação privada na exploração de urânio**

Minuta prevê parcerias entre a INB e empresas privadas para desenvolver projetos do ciclo do urânio no Brasil

O governo federal avalia uma proposta que permitirá à Indústrias Nucleares do Brasil (INB) firmar parcerias com empresas privadas para desenvolver projetos relacionados ao ciclo do urânio. Segundo minuta em análise pela Casa Civil e pelo MME, a estatal poderá se associar à iniciativa privada em atividades de extração, processamento, industrialização e comercialização de urânio e outros minerais nucleares, mantendo participação mínima de 20% em cada empreendimento. Atualmente, a INB é a única empresa autorizada a atuar em todas as etapas do ciclo do urânio no país.

Assim, a proposta integra as discussões do governo para ampliar a exploração do mineral e fortalecer sua utilização em áreas estratégicas. Além disso, no início de julho, o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM) aprovou a criação de um grupo de trabalho, coordenado pelo MME, para avaliar o papel do urânio no Programa Nuclear Brasileiro, no Programa Nuclear da Marinha e em iniciativas voltadas à defesa e à transição energética. O texto da minuta ainda poderá sofrer alterações antes de eventual aprovação.

Fonte: [Link](#)

- **ME abre consulta pública sobre o Plano de Outorgas de Transmissão 2026**

Documento reúne propostas de expansão e reforço da rede de transmissão de energia e receberá contribuições por 30 dias

O MME abriu consulta pública sobre a primeira emissão do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica (POTEE) 2026, que apresenta recomendações técnicas para reforço e expansão das instalações de transmissão do Sistema Interligado Nacional (SIN). Elaborado com base em estudos do ONS e da EPE, o plano contempla obras nas cinco regiões do país, além de medidas para aprimorar o cadastramento e o acompanhamento de reforços na rede de transmissão.

Entre os destaques está o projeto Bipolo Nordeste II, o qual prevê uma nova interligação em corrente contínua entre as regiões Nordeste e Sudeste por meio da tecnologia HVDC-VSC, ampliando a capacidade de integração de fontes renováveis e preparando o sistema para o crescimento da demanda de grandes consumidores, como data centers e projetos de hidrogênio de baixo carbono. Após o encerramento da consulta pública, a versão final do plano servirá de base para os processos de licitação e autorização conduzidos pela ANEEL.

Fonte: [Link](#)

FERNANDA
CRISTINNE ROCHA
DE
PAULA:01117993175

Assinado de forma digital
por FERNANDA CRISTINNE
ROCHA DE
PAULA:01117993175
Dados: 2026.07.16 16:30:13
-03'00'

FERNANDA DE PAULA SOCIEDADE DE ADVOCACIA

Representada por sua Sócia

OAB/DF nº 56.513

SABRINA DE ARAUJO PINTO

Estagiária de Direito